

Fonte Porantim

Class.: 367

Data setembro de 1981

Pg.: \_\_\_\_\_

Porantim  
Set - 81

### Nobre da Veiga ameaça com Emancipação Compulsória

O presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, anunciou que iria encaminhar em agosto ao Ministro Mário Andreazza, um documento sobre a emancipação dos índios. Uma vez que até hoje nenhum índio pediu a liberação da tutela, os advogados da Funai, inventaram um expediente jurídico que permitirá ao órgão tutor decretar por sua conta a liberação do regime tutelar. Segundo a Comissão Pró-Índio de São Paulo, a intenção de se instituir a emancipação compulsória está intimamente ligada à questão das terras indígenas, visando liberá-las para as grandes empresas agropecuárias.

O perfil do índio que deve ser emancipado é o seguinte: aquele que já foi destribalizado, portador de carteira de identidade, título de eleitor e com um grau de escolaridade razoável. Para a Funai, estes já são cidadãos brasileiros de fato, bastando assumir essa identidade de pleno direito. Como os índios são teimosos, o órgão tutor pretende agora passar à iniciativa.

O documento da Funai calcula em 40 mil os índios que poderiam ser emancipados individualmente. A Funai cautelosamente afirma que não pretende emancipar comunidades inteiras. Entre esses 40 mil candidatos à emancipação compulsória da Funai encontram-se os Kaingang e Guaraní no sul do País, os Kariri, Pankararé e Pankararu, no Nordeste.

Em Roraima os Macuxi, Taurepang e Wapixana estão sendo visados pela nova tentativa da Funai em emancipar compulsoriamente os povos indígenas. Para se ter uma idéia, os Macuxi em Roraima chegam a 1.428 pessoas.

#### PROTESTOS

A CPI/SP afirmou que quarenta mil significa um quinto da população indígena do Brasil. Essa quantia mostra que o objetivo é emancipar grupos inteiros.

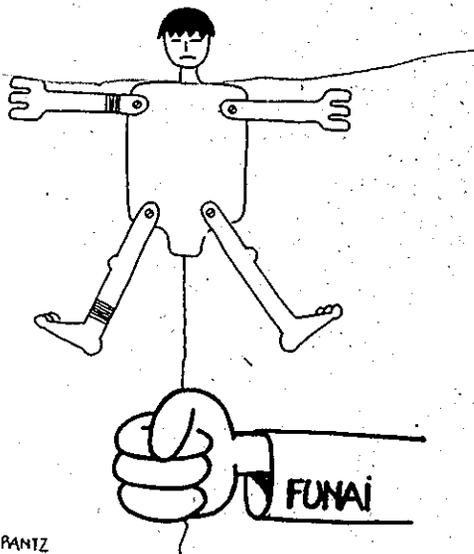
O coronel Nobre da Veiga, no entanto, acha justo que esses indígenas sejam postos para fora da tutela oficial. Os advogados da Funai descobriram um meio de concretizar essa meta: trata-se de "provar", através de uma ação declaratória, que o índio é integrado de fato e pedir à Justiça a exoneração da tutela. Essa forma legal de emancipação sugerida pelos advogados do órgão tutor refere-se apenas aos casos individuais.

Numa jogada para ganhar tempo, a Funai anunciou posteriormente que não iria mais encaminhar o fatídico documento ao Ministério do Interior, mas deixa entrever que os estudos para a modificação do Estatuto do Índio continuam sendo feitos e de modo intenso nos laboratórios jurídicos da Funai.

#### OBJETIVO POLÍTICO

Está claro para muita gente e bastante denunciado pelas entidades de apoio ao índio e o Cimi, qual o objetivo político desse documento: atingir as combativas lideranças indígenas que hoje, cada vez mais, denunciam a falência da atual gestão da Funai, as violações dos direitos indígenas acobertadas e incentivadas pelos coronéis que dirigem o órgão tutor.

Nobre da Veiga revela essa intenção quando afirma: "Vários índios atualmente, só assumem a identidade indígena quando lhes parece conveniente, como é o caso de Marcos Terena, presidente da União das Nações Indígenas, que, embora ainda tutelado, viajou



FRANTZ

no mês de julho para o Equador sem ter pedido qualquer autorização ao órgão tutor, apresentando à Polícia Federal a documentação necessária para a saída do País exigida de qualquer cidadão".

Outro objetivo importante, denunciado pela CPI/SP diz respeito à questão da terra. O que acontecerá com as terras indígenas após a emancipação? Essa teria sido a grande dúvida dos juristas do governo. Essas terras continuariam sendo domínio da União ou seriam tituladas em nome da comunidade? Sabe-se que os técnicos do Ministério do Interior consideram que as comunidades indígenas ocupam áreas muito extensas. Com a emancipação compulsória seria possível reduzir essas dimensões através de um simples mecanismo justificatório: não há mais índios, todos foram emancipados e perderam o direito à terra. Com essa jogada a Funai poderá liberar mais áreas para a grande empresa agropecuária como já vem fazendo nas tristemente famosas demarcações deste ano. De fato, tanto os Tupiniquim-Guarani, no Espírito Santo, como os Xavante e Tapirapé foram obrigados e estão sendo pressionados a aceitarem a diminuição das suas áreas para favorecer o latifúndio e a empresa agropecuária.

O documento da IV Assembléia Nacional do Cimi chamava a atenção para essa política da Funai, chamada "política do cheque e do terror". "Essa política, diz o documento, vem se caracterizando por uma premeditada estratégia de projetos econômicos que destroem estruturalmente a organização social das comunidades indígenas; por atos de "emancipação de fato" e por uma crescente repressão sobre índios, missionários e outros aliados da causa indígena".

Como se pode deduzir, a Funai tenta complementar a emancipação compulsória com uma regulamentação jurídica que torne legal (mesmo sendo uma duvidosa legalidade) as suas estratégias integracionistas.